

CRIMES FUNCIONAIS COMUNS

AGAPITO MACHADO



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira ,

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M129c

Machado, Agapito

Crimes funcionais comuns / Agapito Machado. – Rio de Janeiro : Forense, 2013.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-4932-7

1. Direito penal. I. Título.

13-01157

CDU: 343.1(81)

SUMÁRIO

1. DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO E O ACESSO AOS CARGOS PÚBLICOS NO BRASIL.....	1
2. O FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL E SEU ESTATUTO. LEI 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.....	3
3. TRÍPLICE RESPONSABILIDADE.....	5
3.1. Responsabilidade Civil.....	5
3.2. Responsabilidade penal	5
3.3. Responsabilidade administrativa	7
4. CRIMES TÍPICAMENTE FUNCIONAIS. NOÇÕES GERAIS	9
5. CRIMES NÃO FUNCIONAIS, PORÉM PRATICADOS EM RAZÃO DA FUNÇÃO OU OCASIONALMENTE FUNCIONAIS. NOÇÕES GERAIS.	10
6. CRIMES COMUNS. NOÇÕES GERAIS	11
7. ATUAÇÃO DAS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA	12
7.1. Atuação apenas da instância penal	12
7.2. Atuação apenas da instância administrativa	13
7.3. Atuação concomitante das duas instâncias: a administrativa e a penal ...	13
8. PERDA DO CARGO. CASSAÇÃO DA APOSENTADORIA E CONFISCO...	22
8.1. Cassação da aposentadoria e confisco	38
9. ABSOLVIÇÃO CRIMINAL.....	40
10. OS TIPOS PENAIIS VERDADEIRAMENTE FUNCIONAIS PRATICADOS PELO FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	42
10.1. Importância da Administração Pública nos crimes cometidos contra ela	42

10.2. A falta de moralidade na não inclusão das autarquias no § 2.º do art. 327 do Código Penal, para fins de aumento de pena	42
10.3. Os crimes considerados tipicamente funcionais comuns	43
10.4. O problema do art. 16 do Código Penal pátrio se aplica ou não aos crimes funcionais comuns	45
10.5. Princípio da insignificância nos crimes funcionais comuns.....	45
10.6. Competência para o processo e julgamento	46
10.7. Denúncias genéricas em crime de autoria coletiva	47
10.8. Comunicabilidade da elementar “funcionário público” ao particular	48
10.9. Inovações e alterações sobre fiança e liberdade provisória	49
10.10. Os tipos penais funcionais propriamente ditos.....	51
11. PROCEDIMENTOS CRIMINAIS EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO, DE ACORDO COM A LEI 11.719/2008. OS PROCEDIMENTOS PARA OS CRIMES FUNCIONAIS COMUNS	135
11.1. Procedimento ordinário	138
11.2. Procedimento sumário	143
11.3. Procedimento sumaríssimo	144
12. DOS PROCEDIMENTOS PARA OS CRIMES PRÓPRIOS OU FUNCIONAIS DE SERVIDOR PÚBLICO, ANTES E DEPOIS DAS LEIS 11.313/2006, 11.719/2008 E 12.403/2011	145
13. A NOTIFICAÇÃO DO ART. 514 DO CPP	148
14. DAS PRISÕES E SUAS FUNDAMENTAÇÕES	152
14.1. Prisão temporária.....	152
14.2. Prisão preventiva	154
14.3. Prisão preventiva para fins de extradição	155
14.4. Prisão em flagrante	155
14.5. Prisão para execução da pena	155
14.6. Prisão civil.....	156
BIBLIOGRAFIA.....	157